

-----**ACTA N.º 24/2009**-----

-----Aos dezasseis dias do mês de Dezembro de 2009, pelas dez horas, no Salão Nobre dos Paços do Município de Celorico da Beira, reuniu ordinariamente a Câmara Municipal, sob a presidência do Senhor Presidente, José Francisco Gomes Monteiro, estando também presentes os Senhores Vereadores:-----

-----José Luís Saúde Cabral;-----

-----Júlio Manuel dos Santos;-----

-----Victor Martins Santos;-----

-----António Graça Silva.-----

-----A reunião foi secretariada por Sónia Cristina de Almeida Salgado Fernandes, Assistente Técnica.-----

-----Verificada a existência de quórum, o Senhor Presidente declarou aberta a reunião, procedendo à abertura de um período de “Antes da Ordem do Dia”, com quinze minutos de duração.-----

-----**ANTES DA ORDEM DO DIA**-----

-----Iniciados os trabalhos, o Senhor Presidente da Câmara questionou se algum dos Senhores Vereadores, tinha algum assunto a colocar perante o Executivo.-----

-----O Senhor **Vereador Júlio Santos** começou por questionar o Senhor Presidente da Câmara se era conhecedor da Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, relativamente ao “Quadro de Competências e Regime Jurídico de Funcionamento dos Órgãos dos Municípios”, uma vez que, no dia 23/11/2009, remeteu um ofício para a Câmara Municipal, no qual solicitava informação sobre “Relações Laborais ou de Prestação de Serviços entre Paulo Mimoso Unipessoal, Ld.^a e a Câmara Municipal” e ao qual não lhe foi

dada resposta. Disse que nos termos da alínea s), do n.º 1, do artigo 68.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na sua actual redacção, compete ao Senhor Presidente da Câmara, responder no prazo de 10 dias, aos pedidos de informação apresentados pelos Senhores Vereadores. Disse ainda, que esta Lei elenca todas as competências do Senhor Presidente da Câmara. --

-----O Senhor **Presidente da Câmara** deu conhecimento de que foi enviada resposta ao Senhor Vereador Júlio Santos, relativamente ao assunto atrás referido. -----

-----O Senhor **Vereador Júlio Santos** pretendeu saber o porquê de na Ordem de Trabalhos da presente reunião, não estarem agendadas as propostas de deliberação por ele solicitadas na última reunião de executivo, referindo que nos termos do n.º 1, do artigo 87.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na sua actual redacção: “A ordem do dia deve incluir os assuntos que para esse fim forem indicados por qualquer membro do órgão, desde que sejam da competência do órgão e o pedido seja apresentado por escrito com uma antecedência mínima de cinco dias úteis sobre a data da reunião, no caso das reuniões ordinárias”.-----

-----O Senhor **Presidente da Câmara** em resposta ao Senhor Vereador Júlio Santos disse que os assuntos não foram agendados, porque os técnicos estão a reunir a documentação necessária, para uma correcta análise e que posteriormente serão agendados. -----

-----De seguida, o Senhor **Vereador Júlio Santos** colocou as seguintes questões: O que faz o outdoor do Partido Socialista, com a fotografia do Senhor Presidente dentro do parque de estacionamento desta Câmara? Se foi o Senhor Presidente da Câmara que fez, ou mandou fazer a inauguração da Pousada de Linhares da Beira? O porquê de o Orçamento estar agendado em outros assuntos? -----

-----Relativamente à placa do PS, o Senhor **Presidente da Câmara** disse não ter conhecimento de quem a possa ter colocado no parque da autarquia. -----

-----O Senhor **Vereador Victor Santos** começou por dizer que é lamentável que as reuniões de Câmara não corram com a normalidade que é exigida, de forma a dignificar este órgão. Fazendo referência ao site da autarquia, disse que o mesmo está desactualizado, uma vez que no link das Águas e Saneamento, onde constam as análises mensais da água, as últimas, são referentes ao ano de 2008.-----

-----De seguida, disse que na última reunião de Câmara e relativamente ao protocolo da Coceba, havia questionado sobre o montante do protocolo (42 mil euros anuais) e a diferença dos valores que existiam na 6.ª Alteração ao Orçamento, em que o valor era de 140 mil euros, ao qual o Técnico esclareceu que se ficou a dever ao facto de só este ano se estar a regularizar a dívida à Coceba, uma vez que só este ano a Cooperativa emitiu as respectivas facturas, que estão já cabimentadas e que o valor de 140 mil euros constante da 6.ª Alteração ao Orçamento estava errado, que o valor correcto era de 91 mil euros, correspondentes aos dois meses de 2007, ano de 2008 e 2009. No entanto, frisou que consultado o mapa de fornecedores da Coceba, verificou que foi efectuado um pagamento de 34 mil euros.-----

-----O Senhor **Vereador Júlio Santos** disse que a Associação de Melhoramentos de Vila Boa do Mondego havia enviado um ofício para a Câmara, a solicitar um subsídio, tendo sido comunicado a esta Associação, que não seria possível contribuir.-----

-----O Senhor **Presidente da Câmara** esclareceu que não é possível contribuir com o subsídio solicitado, até porque, esta Associação já foi beneficiada, em detrimento de outras. -----

-----O Senhor **Vereador José Luís Cabral** referiu que na última reunião de executivo havia solicitado ao Senhor Vereador Júlio Santos, uma resposta sobre uma deliberação que consta da acta de Câmara do dia 18/5/98, no que concerne ao encerramento da Creche “O Moinho”, bem como, o que consta da acta do dia 31/3/98, em que foi deliberado o corte da luz, água e gás à referida Creche, não aceitando que o faça verbalmente, mas sim, por escrito.-----

-----O Senhor **Vereador Victor Santos** disse que está neste órgão para solicitar esclarecimentos ao actual executivo, mas de facto o que constata nestas reuniões é que existem dois Presidentes, ou seja, o actual e o anterior, pedindo ao Senhor Presidente da Câmara que oriente as reuniões de forma a dignificar este órgão.-----

-----O Senhor **Presidente da Câmara** disse que alguns dos pedidos de esclarecimento solicitados pelos Senhores Vereadores são de executivos anteriores. No entanto, esclareceu que sempre que possível é dada resposta em tempo oportuno, sendo que, nalgumas questões é necessário que os técnicos reúnam documentação, o que poderá originar delongas. ----

-----O Senhor **Vereador Júlio Santos** referiu que neste órgão discute-se o passado e o presente. Estas questões fazem parte da gestão da Câmara Municipal, mesmo sendo de há 12 anos atrás. -----

-----Referiu que irá accionar os mecanismos legais com vista à reversão dos lotes do Parque Industrial que não cumpriram as imposições previstas no loteamento, uma vez que esta é uma questão importante e havia

solicitado o seu agendamento para esta reunião, para que no futuro as empresas se possam implementar neste concelho.-----

-----Relativamente ao assunto atrás exposto, o Senhor **Presidente da Câmara** deu conhecimento de que estão a reunir toda a documentação, tendo inclusive que ser efectuado um levantamento de todos os lotes.-----

-----**ASSUNTOS NÃO AGENDADOS**-----

-----Por ter sido reconhecida a urgência de deliberação imediata sobre outros assuntos, o Senhor Presidente da Câmara propôs o agendamento na ordem de trabalhos, dos seguintes pontos:-----

----- **ORÇAMENTO, GRANDES OPÇÕES DO PLANO E MAPA DE PESSOAL PARA 2010.**-----

-----**Posto o assunto a votação, foi deliberado aprovar por maioria, com dois votos contra, dos Senhores Vereadores Júlio Santos e Victor Santos, a inclusão do assunto supra mencionado.**-----

-----O Senhor **Vereador Victor Santos** disse que vota contra a inclusão deste assunto, uma vez que o mesmo deveria estar agendado na ordem de trabalhos da presente reunião.-----

-----Vota contra a forma de actuar do Executivo, uma vez que foi referido na última reunião de executivo que “quem ganhou as eleições autárquicas de uma forma indiscutível foi o Partido Socialista, que tem maioria neste órgão e como tal, quem ganha governa e ponto final”.-----

-----Fez também referência ao Estatuto do Direito de Oposição, referindo que os Vereadores da Oposição não foram chamados para participar na elaboração do Orçamento para 2010, sendo este, um direito que os assiste, não sendo aceitável que dois dias antes, lhe seja comunicado que o mesmo iria ser incluído na Ordem de Trabalhos da presente reunião.-----

-----Disse que têm sido vários os atropelos ao Direito de Oposição, fazendo referência à solicitação das instalações, uma vez que, o Presidente da Câmara deve disponibilizar a todos os Vereadores o espaço físico, meios e apoio pessoal necessários ao exercício do respectivo mandato, sendo que, a justificação dada não é aceitável, até porque, foi a mesma de há 4 anos, parecendo-lhe que não há vontade para que a oposição faça um trabalho sério e honesto.-----

-----Declaração de voto de vencido do Senhor **Vereador Júlio Santos**: ---

-----“Voto contra a inclusão da proposta do Orçamento, Grandes Opções do Plano e Mapa de Pessoal para 2010 porque, evidentemente não posso votar a favor. -----

-----Não é admissível em política (praticada em democracia) tratar um assunto como este, desta forma. -----

-----Alerta-nos a actual maioria socialista para no próximo ano apresentarmos um Orçamento alternativo, assim para lhe darmos algumas ideias para o desenvolvimento do concelho, que possam ser discutidas e analisadas, que não impostas. -----

-----De facto não estamos de acordo com a forma de governar deste executivo. O progresso e o desenvolvimento do concelho já foram. E a governar desta forma, qualquer dia numa próxima alteração administrativa o concelho de Celorico da Beira desaparece do mapa e será, porventura anexo a outros concelhos vizinhos. -----

-----Não dando resposta a anseios legítimos da população, tais como: Início das Obras do Parque Industrial de Casas de Soeiro e construção da Barragem de Prados, é, não só, hipotecar o presente, mas comprometer o futuro.” -----

-----O Senhor **Vereador José Luís Cabral** disse que este executivo ouve atentamente todas as questões colocadas pelo público aquando das

reuniões públicas e verifica que este vem muito bem preparado, em relação a determinados assuntos. -----

-----Disse que os munícipes quando lêem as actas observam as propostas megalómanas do Senhor Vereador Júlio Santos, dando como exemplo a última intervenção quando diz "...concelho de Celorico da Beira desaparece do mapa e será, porventura anexo a outros, concelhos vizinhos", quando de facto, outros concelhos vizinhos gostariam de fazer parte do Concelho de Celorico da Beira. -----

-----De seguida, referiu que têm sido constantes as ameaças para Tribunal nestas reuniões de Câmara. Pretendeu saber, o porquê deste executivo estar a pagar pelas ilegalidades cometidas por executivos anteriores.-----

-----Referiu ainda e em resposta ao Senhor Vereador Victor Santos, que mantém o que afirmou anteriormente, ou seja, quem ganhou as eleições autárquicas foi o Partido Socialista (com mais de 2000 votos de diferença), contra dois Partidos e um Movimento, que tem maioria neste órgão e como tal "quem ganha governa e ponto final" e não retira uma vírgula do que disse. -----

-----Por fim, referiu que as propostas remetidas a esta Câmara, todas elas são analisadas e respondidas, não de uma forma tão célere como gostariam, mas de facto, cortou-se com o passado e a democracia voltou a Celorico da Beira e a todos os Celoricenses. -----

-----**RENOVAÇÃO DE DOIS LUGARES DE ESTACIONAMENTO PRIVADO PARA O ANO DE 2010 E ISENÇÃO DE PAGAMENTO DE TAXAS – REQUERENTE: CASA D. JOÃO DE OLIVEIRA MATOS.** -----

-----**Posto o assunto a votação, foi deliberado aprovar por maioria, com um voto contra, do Senhor Vereador Júlio Santos, a inclusão do assunto supra mencionado.**-----

-----Declaração de voto do Senhor **Vereador Júlio Santos**: -----

-----“Por certo os Serviços tiveram tempo de preparar a proposta. É legítimo e legal apresentar o ponto antes da ordem do dia e inclui-lo na ordem do dia, desde que a maioria assim o delibere como é o caso. Mas também é legítimo publicar e incluir na ordem de trabalhos as propostas apresentadas pelo Vereador Júlio Santos, até porque as mesmas foram apresentadas com mais de 10 dias de antecedência. -----

-----Refira-se ainda, que quem tem que justificar e fundamentar as propostas de deliberação é quem as apresenta e não necessariamente o Presidente da Câmara ou a maioria.” -----

-----**SINISTRO RUA BARROCO D’EL REI – LESADO: ALEXANDRE GOMES MELO;**-----

-----**ACIDENTE DE SERVIÇO;**-----

-----**DESPACHO N.º 91/2009;**-----

-----**RELATÓRIO DE ANÁLISES DE PROPOSTAS – FINANCIAMENTO EM ALUGUER DE LONGA DURAÇÃO PARA AQUISIÇÃO DE UM MINI BUS DE 19 LUGARES + MOTORISTA.** -----

-----**Postos os assuntos a votação, foi deliberado aprovar por maioria, com um voto contra, do Senhor Vereador Júlio Santos, a inclusão dos assuntos supra mencionados.** -----

-----**ORDEM DO DIA**-----

-----**I - APROVAÇÃO DA ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 02/12/2009**-----

-----Foi presente a acta número vinte e três, da reunião ordinária do Executivo de dois de Dezembro de dois mil e nove, cujo texto foi previamente distribuído por todos os membros, para rectificação e posterior aprovação.-----

-----Dispensada a sua leitura e feitas as devidas alterações, foi a mesma aprovada, por unanimidade, à excepção da alteração proposta pelo Senhor Vereador Júlio Santos, relativa à sua intervenção na página 6, onde constava o seguinte texto: “...também é dono da Coceba, para o que quer e lhe apetece” e pretendendo que constasse “...também faz da Coceba, o que quer e lhe apetece”, que não foi aprovada, com três votos contra. -----

-----Os Senhores **Vereadores Victor Santos e Júlio Santos** requereram certidão da intervenção do público relativa à acta do dia 02/12/2009, onde consta a intervenção da funcionária D. Ana Maria e dos Senhores Vereadores. -----

-----**II - SECÇÃO DE OBRAS PARTICULARES**-----

-----**ASSUNTO: CERTIDÃO DE DISPENSA DE LICENÇA DE UTILIZAÇÃO**-----

-----**Requerente: Carlos Manuel Gomes**-----

-----Foi presente requerimento n.º 946, datado de 27/11/2009, em nome de Carlos Manuel Gomes, pretendendo que lhe seja emitida uma certidão de dispensa de licença de utilização, para um edifício, sito na Rua da Ribeira, freguesia de Minhocal, inscrito sob o artigo matricial n.º 251, por o mesmo ter sido construído antes de 1981 e não ser exigida licença de habitação, pelo facto de ter sido construído antes da data da aprovação do Regulamento das Edificações Urbanas, de acordo com o parágrafo único do art.º 1º do RGEU, o qual só se aplicou a este local por deliberação municipal de 27/03/81.-----

-----Tendo-se deslocado ao local o fiscal municipal, de acordo com a informação, verificou que o mesmo terá sido construído antes de 1981. No entanto, na certidão de teor emitida pelos Serviços de Finanças de Celorico da Beira, descreve que a edificação foi inscrita na matriz em 1988. -----

-----Sendo que a informação do Fiscal Municipal refere que o edifício a que o requerente se refere terá sido executado antes de 1981, a Câmara deliberou aprovar, por unanimidade a petição do requerente. --

-----Com base no n.º 3, do art. 92.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na sua actual redacção, o Senhor Presidente propôs que este assunto fosse aprovado em minuta. -----

-----Posto a votação, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar este assunto em minuta.-----

-----**ASSUNTO: DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS - LEI N.º 60/2007 DE 4 DE SETEMBRO** -----

-----Foi presente informação da Secção de Obras Particulares, com o seguinte teor:-----

-----“Na sequência da alteração ao Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro com a redacção dada pela Lei n.º 60/2007, de 4 de Setembro, sou a anexar (**anexo I**), para apreciação e respectiva deliberação mapa de delegação de competências.” -----

-----A Câmara deliberou, aprovar por unanimidade, a delegação de competências – Lei n.º 60/2007, de 4 de Setembro, à excepção do n.º 2, art. 65.º; do n.º 2, art. 69.º; do n.º 10, art. 98.º, conjugado com a alínea m), do n.º 3, do art. 70.º; do n.º 1, art. 65.º e n.º 2, do art. 69, da Lei n.º 5-A/2002, que foram aprovados por maioria, com um voto contra, do Senhor Vereador Júlio Santos.-----

-----**ASSUNTO: PEDIDO DE CERTIDÃO – INFORMAÇÃO**-----

-----Requerente: Carlos Manuel Gomes -----

-----Foi presente informação da Secção de Obras Particulares, datada de 03/12/2009, referindo que na sequência da deslocação do Fiscal Municipal ao local, verificou que o prédio a que o requerente se refere foi construído antes de 1981, conforme certidão de teor apresentada pelo próprio.-----

-----Mais informa que o prédio em questão não se encontra executado, não estando assim em condições de ser habitado.-----

-----**A Câmara tomou conhecimento do indeferimento.**-----

-----**III - DIVISÃO DE PLANEAMENTO E URBANISMO**-----

-----**ASSUNTO: IMPLEMENTAÇÃO DA PLATAFORMA ELECTRÓNICA DE CONTRATAÇÃO PÚBLICA - REPRESENTANTE DO EXECUTIVO COM COMPETÊNCIAS DELEGADAS**-----

-----Foi presente informação técnica, datada de 27/11/2009, da Secção de Obras Municipais, com o seguinte teor: -----

-----“Com a entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, complementado pelo Decreto-Lei n.º 143-A/2008, de 25 de Julho e Portaria n.º 701-G/2008, fica obrigatória **a desmaterialização de todos os procedimentos pré contratuais previstos na lei.** -----

-----Os utilizadores obrigatórios são:-----

-----1. Gestor de Procedimento: Elemento que introduz os dados na Plataforma; insere os documentos para divulgação do concurso; -----

-----2. Júri: É constituído por três elementos;-----

-----3. Entidade que aprova a adjudicação: **Elemento que entra na plataforma em representação do executivo, com competências delegadas; que faz a aprovação na plataforma electrónica.** -----

-----Assim, deverá o executivo deliberar qual o funcionário ou membro do executivo, com competências delegadas, para aceder à Plataforma Electrónica de Contratação Pública, em representação do mesmo, sempre que seja necessário.” -----

-----A Câmara deliberou, por unanimidade, nomear o Senhor Presidente da Câmara Municipal, José Francisco Gomes Monteiro, para aceder à Plataforma Electrónica de Contratação Pública.-----

-----**ASSUNTO: APROVAÇÃO DE SINALIZAÇÃO DE VIA PÚBLICA SEM SAÍDA**-----

-----**Local: Bairro do Amor - Vila Boa do Mondego**-----

-----Foi presente informação interna do GTM N.º CN 190/2009, datada de 27/11/2009, referindo que tendo sido solicitado pelo Senhor Presidente da Câmara a colocação de um sinal de trânsito a indicar via pública sem saída, no Bairro do Amor, em Vila Boa do Mondego, pelo motivo de não existir qualquer sinalização nesse sentido, e tendo por base o n.º 1, do artigo 8.º, do D.L. n.º 2/98, de 3 de Janeiro deverá ser aprovado em reunião do executivo camarário, a colocação de um sinal H4, devendo o mesmo ser devidamente registado e cadastrado.-----

-----A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a colocação de um sinal H4, no Bairro do Amor, em Vila Boa do Mondego, devendo o mesmo ser devidamente registado e cadastrado.-----

-----**ASSUNTO: RENOVAÇÃO DE DOIS LUGARES DE ESTACIONAMENTO PRIVADO PARA O ANO DE 2010**-----

-----**Requerente: Ivone Maria Tovar de Almeida Salvador Chaves, Herdeiros**-----

-----Foi presente informação interna do GTM n.º CN 192/2009, datada de 11/12/2009, informando que relativamente ao assunto em epígrafe, foi analisado o pedido de renovação de dois lugares de estacionamento privado para o ano de 2010, com uma área total de 20,60m², localizados no Largo do Tabulado, junto à Casa de Turismo de Habitação, em Celorico da Beira, de apoio à respectiva Casa dos Osórios.-----

-----Tendo por base o Regulamento Municipal de Trânsito da Vila de Celorico da Beira, no seu artigo 44.º e 45.º, não vêm qualquer inconveniente no deferimento do pedido. Segundo o n.º 1, do artigo 8.º, do D.L. n.º 2/98 de 3 de Janeiro, é da competência da Câmara Municipal (executivo), deliberar sobre sinalização nas vias sob a sua jurisdição. -----

-----Caso seja aprovada a pretensão do requerente, e em conformidade com o Regulamento atrás citado, os lugares privados de estacionamento solicitados implicam o pagamento de uma taxa no valor de 403,46€ (20,60m² x 1,62€/metro x 12meses + 3€ de imposto de selo), para o ano de 2010. -----

-----**De acordo com a informação dos Serviços Técnicos, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a petição do requerente, devendo dar cumprimento ao parecer Técnico, emitido pelo Gabinete Técnico Municipal.** -----

-----**ASSUNTO: APROVAÇÃO DE SINALIZAÇÃO - VALE DE AZARES E LAGEOSA DO MONDEGO** -----

-----Foi presente informação interna do GTM n.º CN 191/2009, datada de 11/12/2009, referindo que tendo sido solicitado pelo Senhor Presidente da Câmara a colocação de placas de sinalização direccional de Lar, para Vale de Azares pelo motivo de não haver qualquer sinalização que o referencie, após deslocação ao local propõem: -----

-----**Ponto 1 e 5:** Sinal A15 (perigo de idosos); -----

-----**Ponto 2 e 4:** J2 – Direccional de Lar; -----

-----**Ponto 3:** Sinal B2 (STOP). -----

-----Comunicam também que não se encontra colocada qualquer sinalização de perigo de Idosos (A15), junto ao Lar localizado no Alto da Lageosa, Freguesia da Ratoeira. -----

-----Para o efeito foram solicitados três orçamentos para fornecimento da sinalização a colocar em Vale de Azares e no Alto da Lageosa, tendo só duas firmas apresentado os seguintes valores:-----

½ Corte	SinalArte
334,30€*	380,18€*

-----* Valores do orçamento sem IVA. -----

-----Atendendo aos valores indicados, a proposta mais favorável para aquisição das placas atrás referidas é à Firma ½ Corte, pelo valor de 334,30€ + IVA. -----

-----Assim, tendo por base o N.º 1, do artigo 8.º, do D.L. n.º 2/98, de 3 de Janeiro, deverá ser aprovado, em reunião do executivo camarário, a colocação de dois sinais direccionais (J2 – LAR), dois sinais A15, um sinal B2, para a Freguesia de Vale de Azares e dois sinais A15, para a Freguesia de Ratoeira, a fim de que os mesmos possam ser devidamente registados e cadastrados. -----

-----A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a colocação de dois sinais direccionais (J2 – LAR), dois sinais A15, um sinal B2, para a Freguesia de Vale de Azares e dois sinais A15, para a Freguesia de Ratoeira, devendo os mesmos ser devidamente registados e cadastrados. -----

-----IV - **NOS TERMOS DO N.º 1, DO ART.º 87.º, DA LEI N.º 169/99, DE 18/09, NA SUA ACTUAL REDACÇÃO**-----

-----**ASSUNTO:** ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO DE 5,000€ AO CLUBE DESPORTIVO DE LAGEOSA DO MONDEGO E DE 5,000€ AO CLUBE DESPORTIVO DE FORNOTELHEIRO -----

-----A proposta em epígrafe, agendada na presente ordem de trabalhos, não foi discutida nem votada, pelo que, terá de ser presente a uma próxima reunião. -----

-----**V - PROTOCOLO DE ESTÁGIO ENTRE A CÂMARA MUNICIPAL DE CELORICO DA BEIRA E O AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE CELORICO DA BEIRA**-----

-----Submete-se ao Executivo para efeitos de ratificação, nos termos do número três, do artigo sessenta e oito, da Lei número cento e sessenta e nove, barra, noventa e nove, de dezoito de Setembro, com as alterações da Lei número cinco – A, dois mil e dois de onze de Janeiro, o Protocolo de Estágio entre a Câmara Municipal de Celorico da Beira e o Agrupamento de Escolas de Celorico da Beira, que fica apenso a esta acta (**anexo II**), com o intuito de estabelecer, entre as duas entidades as actividades a desenvolver pelos formandos durante a formação prática em contexto real de trabalho.-----

-----**A Câmara deliberou, por unanimidade, ratificar as assinaturas do Protocolo entre a Câmara Municipal de Celorico da Beira e o Agrupamento de Escolas de Celorico da Beira.**-----

-----**VI - SECÇÃO DE RECURSOS HUMANOS**-----

-----**ASSUNTO: SEGURO DOS ELEITOS LOCAIS**-----

-----Foi presente informação da Secção de Recursos Humanos, datada de 11/12/2009, referindo que o n.º 1, do artigo 17.º, do Estatuto dos Eleitos Locais estabelece que “*Os membros de órgãos autárquicos têm direito a um seguro de acidentes pessoais mediante deliberação do respectivo órgão que fixará o seu valor*”.-----

-----Mais informam que o EEL não sugere valores para o seguro em causa, estabelecendo apenas que “*Para os membros dos órgãos executivos em regime de permanência, o valor do seguro não pode ser inferior a 50 vezes a respectiva remuneração mensal*”, facto a ter em consideração aquando da fixação dos valores a segurar para os três membros do órgão executivo em regime de permanência neste Município.--

-----O Senhor **Vereador Victor Santos** disse que uma vez que este seguro é subscrito pela ANMP, segundo informação do Senhor Presidente da Câmara, considera que a informação deveria vir acompanhada de um ofício da ANMP, relativo à diferenciação de valores que existe entre os Vereadores e os Deputados da Assembleia Municipal. -----

-----O Senhor **Presidente da Câmara** esclareceu que estes valores foram indicados pela ANMP. -----

-----De seguida, o Senhor **Vereador Victor Santos** pretendeu saber se existe algum funcionário específico a gerir toda a carteira de seguros da autarquia, ou se a mesma, é feita por áreas. -----

-----Em resposta, o Senhor **Presidente da Câmara** referiu que a Dr.^a Joana gere a carteira de seguros da área de Recursos Humanos e o Sr. Nuno Saraiva da área patrimonial. -----

-----**A Câmara deliberou, por unanimidade, que seja solicitado um parecer à ANMP relativo ao assunto em epígrafe, para ser presente à próxima reunião de executivo, bem como, a respectiva apólice.**-----

-----**VII - GABINETE JURÍDICO** -----

-----**ASSUNTO: POSSE ADMINISTRATIVA - CASA EM RUÍNAS NA RUA DAS VIDEIRAS - FREGUESIA DE LAGEOSA DO MONDEGO**-----

-----Foi presente informação interna, datada de 11/12/2009, do Gabinete Jurídico, referindo que foi participado pelo Munícipe Maria José Nunes Tomás, residente em Lageosa do Mondego, a existência de uma habitação em estado de degradação total, sita em Rua das Videiras na freguesia de Lageosa do Mondego, cujo cabeça de casal é Henrique Gomes Lobo, por existir grave risco para a saúde e eminente possibilidade de desmoronamento.-----

-----Após troca de correspondência vária, com os interessados/proprietários do imóvel, não foi possível obter uma resposta exequível quanto à pretendida legalização urbanística. -----

-----Assim, face ao incumprimento, e delongas neste processo, deve deliberar-se nos termos do disposto nos artigos 89.º, 89.º-A, 106.º, 107.º e 108.º, da Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro alterada pela Lei n.º 60/2007, de 4 de Setembro: -----

-----1 – **A posse administrativa** do imóvel de forma a permitir a sua execução coerciva e reposição da legalidade urbanística. -----

-----2 – **Fixação de prazo necessário** à execução coerciva da respectiva medida de tutela da legalidade urbanística, caducando no termo do prazo fixado para a mesma. -----

-----3 – **Forma de execução** (administração directa, ou em regime de empreitada por ajuste directo mediante consulta a três empresas titulares de alvará de empreiteiro de obras públicas de classe e categoria adequadas à natureza e valor das obras). -----

-----O acto administrativo que tiver determinado a posse administrativa será notificado ao dono da obra e aos demais titulares de direitos reais sobre o imóvel por carta registada com aviso de recepção. A posse administrativa é realizada pelos funcionários municipais responsáveis pela fiscalização de obras, mediante elaboração de um auto. A posse administrativa mantém-se pelo período necessário à execução coerciva. ----

-----Relativamente a este assunto, o Senhor **Vereador Júlio Santos** é de opinião, que a Câmara Municipal deverá efectuar um levantamento de todas as situações de casas em ruínas existentes no concelho. -----

-----O Senhor **Vereador Victor Santos** propôs que aquando do envio do primeiro ofício, fosse solicitada a comparência da pessoa para um diálogo, diminuindo assim, a sua resistência, e sendo mais fácil encontrar uma solução. -----

-----**A Câmara deliberou, por unanimidade, notificar o requerente, a fim de se dirigir ao Gabinete Jurídico da Câmara Municipal de Celorico da Beira, para resolver esta questão.**-----

-----**ASSUNTO: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE LINHARES DA BEIRA - CONSTRUÇÃO DE UM LAR DE IDOSOS - DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO**-----

-----Foi presente informação conjunta do Gabinete Jurídico/Ação Social, datada de 11 de Dezembro de 2009, com o seguinte teor:-----

-----“Pretendendo a Requerente “Santa Casa da Misericórdia de Linhares da Beira”, a construção de um Lar de Idosos, que irá ser edificado numa parcela de terreno que se insere em Reserva Agrícola Nacional, esta entidade solicita para a emissão de parecer favorável, uma declaração emitida pela Câmara Municipal (deliberação da Assembleia Municipal) da qual resulte o Interesse Público da construção pretendida.-----

-----Para tanto, deve ser emitida Deliberação de Utilidade Pública da Câmara Municipal, a qual será ratificada pela Assembleia Municipal, manifestando-se esta quer sobre a localização, quer sobre o projecto.-----

-----Informa-se que esta questão foi submetida ao Conselho Local de Acção Social, para emissão de parecer qualitativo fundamentado no Diagnóstico Social e Plano de Desenvolvimento Social do Concelho, o qual considerou ser relevante a prossecução e operacionalização deste projecto, uma vez que, deste modo poderão dar uma resposta aos idosos da freguesia e do próprio concelho, mas se ressalva que este projecto vai ao encontro das prioridades do Plano Nacional para a Inclusão (PNAI). Sendo uma das prioridades combater a pobreza das crianças e dos idosos, através de medidas que assegurem os seus direitos básicos de cidadania e melhorar o acesso a serviços de qualidade.-----

-----É essencial pensar no envelhecimento num sentido mais amplo, considerando pelo exposto a necessidade de execução deste tipo de

equipamento social, por se dirigir ao público em geral, mas em particular a idosos. -----

-----No nosso modesto entender, e com base no supra exposto, somos de opinião que a Declaração de Interesse Público deverá ser emitida, pelo tipo de oferta de que se reveste, e porque face as especificidades e ao mercado a que se destina, *TERCEIRA IDADE*, poderá dar um forte contributo para a qualidade de vida dos idosos do nosso Concelho e evitar o seu isolamento.

-----Pelas razões supra expostas, somos a concluir pela emissão da declaração de Interesse Público pela Câmara Municipal e sua posterior ratificação pela Assembleia Municipal.”-----

-----**Face ao exposto, a Câmara deliberou, por unanimidade, emitir a declaração de Interesse Público e submeter à aprovação da Assembleia Municipal.**-----

-----Com base no n.º 3, do art. 92.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na sua actual redacção, o Senhor Presidente propôs que este assunto fosse aprovado em minuta. -----

-----**Posto a votação, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar este assunto em minuta.**-----

-----**ASSUNTO: ESPAÇO INTERNET DE CELORICO DA BEIRA - NOTIFICAÇÃO DE CONDIÇÃO DE DEVEDOR**-----

-----Foi presente informação interna, datada de 03/11/2009, do Gabinete Jurídico, referindo que em consequência do relatório final resultante da Acção de Controlo de 1.º nível, referente ao Projecto n.º 063/2.1/C/CEN – Espaço Internet de Celorico da Beira, foi o Município notificado da sua constituição como entidade devedora da Autoridade de Gestão do Programa Operacional Sociedade do Conhecimento (anterior “Programa Operacional Sociedade da Informação”).-----

-----Resultou da Acção de Controlo de 1.º nível, um relatório final e subsequente adenda, onde se concluiu que foi detectada uma irregularidade na amostra de documentos verificados no valor de 25.000,99€ -----

-----Em consequência o Município dispõe de 30 dias consecutivos a partir da recepção do ofício com a ref.^a n.º C2573/09/JQ-NM (de 26/10/2009) para proceder à devolução do valor em dívida (até 26/11/2009) sob pena de execução fiscal. -----

-----O Senhor **Vereador António Silva** relativamente a este assunto disse que o Município de Celorico da Beira foi constituído entidade devedora da Autoridade de Gestão do Programa Operacional Sociedade do Conhecimento, relativamente ao 1.º Espaço Internet de Celorico da Beira. -----

-----Disse que no âmbito de uma acção de controlo de 1.º nível, foi testada a elegibilidade da despesa apresentada a co-financiamento no ano de 2001 a 2005 e verificada a transparência de todo o processo de gestão e acompanhamento físico e financeiro do projecto. A candidatura deste projecto foi realizada no âmbito da Medida “2.1 Acessibilidades”. Da análise efectuada foi concluído que existem despesas de elegibilidade duvidosa e despesas não elegíveis. -----

-----Foi detectada uma irregularidade na amostra de documentos verificados, no valor de 25 mil euros, que a Câmara terá de devolver. -----

-----**A Câmara tomou conhecimento.** -----

----- **ORÇAMENTO, GRANDES OPÇÕES DO PLANO E MAPA DE PESSOAL PARA 2010**-----

-----O Senhor Presidente da Câmara submeteu à consideração do Executivo a proposta de Orçamento, Grandes Opções do Plano e Mapa de

Pessoal, para o ano de 2010, documentos que se anexam a esta acta **(anexo III)**, para análise e aprovação do Executivo. -----

-----No uso da palavra, o Senhor **Vereador António Silva** começou por dizer que este ano, existe um factor que contribui para a apresentação do Orçamento nesta altura, ou seja, devido ao novo quadro de transferência de atribuições e competências para os municípios em matéria de educação, uma vez que, migraram cerca de 70 funcionários para a autarquia. Disse que a grande rubrica do Orçamento é a Educação, o que irá limitar o investimento.-----

-----De seguida, disse que a aprovação do PREDE – Programa de Regularização Extraordinária de Dividas do Estado, permite reduzir o prazo de pagamento a fornecedores e, assim, contribuir para gerar mais emprego e injectar capital na economia local. Deu conhecimento de que a dívida ao MRG, representa cerca de 700 mil euros/ano, e que este executivo iniciou o seu pagamento este ano. -----

-----Referiu-se ao elevado investimento do Parque Escolar que a autarquia irá realizar em 2010. -----

-----De seguida, fez uma explicação detalhada das Grandes Opções do Plano para o ano de 2010, tendo realçado as principais linhas orientadoras do Executivo em matéria de investimento, destacando áreas como a Protecção Civil, Educação, Acção Social, Habitação, Ordenamento do Território, Saneamento, Abastecimento de Água, Protecção do Meio Ambiente e Conservação da Natureza, Cultura, Desporto, Agricultura, Pecuária, Silvicultura, Caça e Pesca, Indústria e Energia, Transportes Rodoviários, Mercados e Feiras, e por último Turismo. -----

-----Fazendo referência às Funções Sociais, mais concretamente à “Guarda Digital”, alertou para o facto de estar a haver transição de portal, e como tal a plataforma tem vindo a ser carregada de informação. Disse que o Portal da Autarquia terá uma área reservada aos membros do executivo, Juntas de Freguesia e Deputados da Assembleia Municipal, de forma a ser

colocada documentação e cada um fazer o respectivo *download* dos documentos. Falou também no Portal do Turismo que ainda está em desenvolvimento, que será a logística na distribuição dos produtos regionais e que terá de ser devidamente gerida. -----

-----O Senhor **Vereador Júlio Santos** relativamente aos Centros Escolares pretendeu saber se o dono da obra, é a Câmara ou o Ministério da Educação, e qual a sua localização, ao que o Senhor Presidente da Câmara respondeu que a obra é da autarquia. No que concerne à localização, disse que o Centro Escolar de Celorico da Beira será detrás do Centro Coordenador de Transportes, em relação à Lageosa do Mondego o mesmo ainda está em estudo.-----

-----O Senhor **Vereador António Silva** fez referência às requalificações, dizendo que algumas delas foram feitas no âmbito do PRAUD de obras, que consiste no financiamento de operações de reabilitação ou renovação de áreas urbanas degradadas, designadamente espaços públicos, edifícios com identidade histórica ou cultural, infra-estruturas e equipamentos.-----

-----De seguida, o Senhor **Presidente da Câmara** disse que relativamente às requalificações irão aguardar pela aprovação do Programa de Regeneração Urbana, para que este possa suportar uma parte e assim a Câmara suportaria apenas 10%, ao invés de 25%. -----

-----O Senhor **Vereador António Silva** continuou dizendo que na Urbanização de Celorico-Gare foi investido demasiado capital, sendo que, a nível financeiro e contabilístico, a autarquia não irá ter lucro com a venda dos respectivos lotes. -----

-----Em relação a este assunto, o Senhor **Vereador Júlio Santos** referiu que aquando da campanha eleitoral verificou que a Câmara estava a

realizar obras nessa Urbanização, questionando o porquê de as mesmas terem parado, ao que o Senhor Presidente da Câmara respondeu que essa obra era uma 1.ª fase que já se encontra concluída, daí as obras terem parado.-----

-----Neste momento retirou-se da sala o Senhor Vereador Júlio Santos eram treze horas e vinte minutos. -----

-----O Senhor **Vereador Victor Santos** referindo-se à receita pretendeu saber o que justifica o aumento do Imposto Municipal sobre Imóveis; a que se refere o Estado – Participação Comunitária de Projectos co-financiados e a que corresponde uma despesa de 126 mil euros com a Coceba. -----

-----O Senhor **Vereador António Silva** disse que o critério utilizado no valor do Imposto Municipal Sobre Imóveis, é a média dos últimos dois anos com uma majoração, acrescentando ainda, que as Finanças têm vindo a actualizar o IMI.-----

-----Relativamente ao Estado – Participação Comunitária de Projectos co-financiados, disse que se refere a obras em curso e financiadas. A despesa de 126 mil euros com a Coceba é referente a transição de dívida.-----

-----**A Câmara deliberou, por maioria, com uma abstenção do Senhor Vereador Victor Santos, aprovar o Orçamento, Grandes Opções do Plano e Mapa de Pessoal, para o ano de 2010.** -----

-----**Mais deliberou submeter à aprovação da Assembleia Municipal, para cumprimento do estipulado na alínea c), do n.º 2, do artigo 64.º, da Lei n.º 169/99, de 18/9, na sua actual redacção, a proposta de Orçamento, Grandes Opções do Plano e Mapa de Pessoal para o ano de 2010.**-----

-----Com base no n.º 3, do art. 92.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na sua actual redacção, o Senhor Presidente propôs que este assunto fosse aprovado em minuta. -----

-----**Posto a votação, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar este assunto em minuta.**-----

-----**RENOVAÇÃO DE DOIS LUGARES DE ESTACIONAMENTO PRIVADO PARA O ANO DE 2010 E ISENÇÃO DE PAGAMENTO DE TAXAS – REQUERENTE: CASA D. JOÃO DE OLIVEIRA MATOS**-----

-----Foi presente informação interna do GTM n.º CN 193/2009, datada de 11/12/2009, informando que analisado o assunto a requerente pretende a renovação/isenção de dois lugares de estacionamento privado, um para a carrinha com a matrícula 15-ID-41 e outro para a carrinha com a matrícula 07-82-VL, que se encontram demarcados junto à Casa D. João de Oliveira Matos, na Rua Maria Augusta Mocho, nesta Vila de Celorico da Beira. -----

-----Sobre o pedido de renovação dos dois lugares de estacionamento privado, não há qualquer inconveniente no deferimento dos mesmos. -----

-----Quanto ao pedido de isenção das suas taxas, informa que no Regulamento Municipal de Trânsito da Vila de Celorico da Beira, os lugares privados de estacionamento solicitados implicam, o pagamento de uma taxa anual no valor de 686,40€ (343,20€ + 343,20€). Mais informa que a Casa D. João de Oliveira Matos tem por finalidade o exercício de acção social estando integrada numa I.P.S.S.-----

-----**Após a análise da informação técnica, a Câmara deliberou, por unanimidade, renovar os dois lugares de estacionamento privados e isentar do pagamento de taxas para o ano 2010, a Casa D. João de Oliveira Matos.**-----

-----SINISTRO RUA BARROCO D'EL REI – LESADO ALEXANDRE GOMES MELO-----

-----Foi presente informação do Gabinete Jurídico, datada de 11/12/2009, com o seguinte teor:-----

-----“Foi solicitado pelo Sr. Alexandre Gomes Melo, o ressarcimento dos danos ocorridos em 12/10/2009, no seu veículo ligeiro de passageiros com a matrícula 08-HC-45, junto da futura Biblioteca Municipal em virtude da existência de pedras salientes na via pública, o que lhe danificou o radiador.-----

-----A situação foi participada à Companhia de Seguros Fidelidade Mundial, a qual concluiu que este sinistro não tem enquadramento no âmbito das coberturas contratadas, nomeadamente nos termos do disposto da alínea o), das Condições Particulares da Apólice, por esta não garantir os danos por “falta de manutenção, reparação e/ou conservação de infra-estruturas.” Em consequência procedeu ao encerramento do processo.-----

-----Face a recusa da Companhia de Seguros em assumir o sinistro submetido à sua apreciação, resulta que a manutenção reparação e/ou conservação das infra-estruturas é da responsabilidade da Autarquia, pelo que os danos ocorridos em virtude de deficiente manutenção são da única e exclusiva responsabilidade da mesma.-----

-----Como se sabe, a Responsabilidade Civil extracontratual dos entes públicos, está constitucionalmente consagrada no artigo 22.º da Constituição da República Portuguesa, e está ainda hoje especialmente prevista no decreto-lei n.º 48051.-----

-----Os pressupostos da responsabilidade extracontratual, por actos de gestão pública, são os mesmos que a lei civil consagra para aquela responsabilidade decorrente de actos de gestão privada. Nos termos do supra exposto, declinando a Companhia de Seguros a responsabilidade do sinistro, é a Autarquia responsável pelo ressarcimento dos danos expressos no orçamento apresentado, no montante total de 120€ (cento e vinte euros).” -----

-----**A Câmara face ao exposto na informação do Gabinete Jurídico, deliberou por maioria, com uma abstenção do Senhor Vereador Victor Santos, ressarcir o Senhor Alexandre Gomes Melo, dos danos causados na sua viatura, através do pagamento do montante de 120€ (cento e vinte euros).**-----

-----**ACIDENTE DE SERVIÇO**-----

-----A Câmara tomou conhecimento da participação do acidente em serviço, ocorrido no dia doze de Dezembro de dois mil e nove, pelas nove horas, referente ao funcionário Fernando dos Santos Caetano, com a categoria de Assistente Operacional, tendo o Executivo deliberado, por unanimidade, considerá-lo como acidente em serviço.-----

-----O Senhor **Vereador Victor Santos** considera que existe alguma resistência na cedência do relatório que havia solicitado, de todos os acidentes ocorridos no âmbito de Higiene e Segurança no Trabalho. Alertou novamente que a legislação no âmbito de Higiene e Segurança no Trabalho tem de ser cumprida.-----

-----**DESPACHO N.º 91/2009**-----

-----Pelo Senhor Presidente da Câmara foi presente o despacho n.º 91/2009, para ratificar, relativo à constituição de um fundo de maneo no valor de 500,00€ (quinhentos euros), à responsabilidade da Assistente Operacional, Maria Ana Almeida Costa, para cobrir despesas correntes e inadiáveis relativas à presença na Feira do Queijo em Lisboa.-----

-----**A Câmara deliberou ratificar o despacho n.º 91/2009, que constitui um fundo de maneo, no valor de 500,00€ (quinhentos euros), à responsabilidade da Assistente Operacional, Maria Ana**

Almeida Costa, para cobrir despesas correntes e inadiáveis relativas à presença na Feira do Queijo em Lisboa. -----

-----**RELATÓRIO DE ANÁLISES DE PROPOSTAS – FINANCIAMENTO EM ALUGUER DE LONGA DURAÇÃO PARA AQUISIÇÃO DE UM MINI BUS DE 19 LUGARES + MOTORISTA** -----

-----O Senhor Presidente da Câmara deu conhecimento de que foram solicitadas propostas na modalidade de ALD a entidades bancárias, de um financiamento para aquisição por parte do Município de Celorico da Beira de um Mini Bus de 19 lugares + motorista, no valor de 59.600€ + IVA à taxa legal, cujo fornecimento foi adjudicado à empresa “Finiclasse 2000”. -----

-----**ENCERRAMENTO**-----

-----Eram treze horas e quarenta e cinco minutos e nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrada a reunião, da qual para constar se lavrou a presente acta, que vai ser assinada, pelo Senhor Presidente e por mim, Sónia Cristina de Almeida Salgado Fernandes, que a secretariei. -----